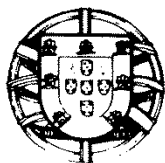


REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



JORNAL OFICIAL

I Série—Número 6

Quinta-feira, 27 de Abril de 1978

SUMÁRIO

MINISTRO DA REPÚBLICA

Despacho de 16 de Março de 1978:

Exonera o Eng.º Jaime Ornelas Camacho da Presidência do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira.

Decreto de 16 de Março de 1978:

Nomeia o Dr. Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim Presidente do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira.

Decreto de 16 de Março de 1978:

Nomeia o Dr. José António Camacho Secretário Regional do Planeamento e Finanças do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira.

Decreto de 16 de Março de 1978:

Nomeia o Dr. João Crisóstomo de Aguiar Secretário Regional de Economia do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira.

Decreto de 16 de Março de 1977:

Nomeia o Eng.º Jaime Ornelas Camacho Secretário Regional do Equipamento Social do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira.

Decreto de 16 de Março de 1978:

Nomeia o Dr. Jorge Gaudêncio Machado Figueira Secretário Regional de Agricultura e Pescas do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira.

Decreto de 16 de Março de 1978:

Nomeia o Dr. Jorge Nélito Praxedes Ferraz Mendonça Secretário Regional do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira.

Decreto de 16 de Março de 1978:

Nomeia Manuel Jorge Bazenga Marques Secretário

Regional do Trabalho do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira.

Decreto de 16 de Março de 1978:

Nomeia o Dr. Carlos Lélis da Câmara Gonçalves Secretário Regional da Educação e Cultura do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira.

ASSEMBLEIA REGIONAL

Decreto Regional n.º 21/78/M:

Altera o regime de horário dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços.

Decreto Regional n.º 22/78/M:

Revê os preços de empreitadas e fornecimento de obras públicas na Região Autónoma da Madeira.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Decreto-Lei n.º 23/78:

Transfere para a Secretaria Regional do Trabalho do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira diversas competências.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO E FINANÇAS

Portaria n.º 11/78:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E SECRETARIAS REGIONAIS DE ECONOMIA E PLANEAMENTO E FINANÇAS

Portaria n.º 12/78:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA
E PESCAS

Portaria n.º 13/78:

Regulamenta a entrada na Região Autónoma da Madeira de suínos e diversos produtos preparados à base da carne dos mesmos.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MINISTRO DA REPÚBLICA

Decreto de 16 de Março de 1978

Usando da faculdade conferida pelo n.º 4 do artigo 233.º da Constituição, o Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira decreta o seguinte:

Artigo único. Nos termos da alínea e) do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril, exonero, a seu pedido, o Governo Regional da Região Autónoma da Madeira, da presidência do engenheiro Jaime Ornelas Camacho.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Publique-se.

Presidência da República, 16 de Março de 1978. — O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES. — Pelo Primeiro-Ministro, *Mário Firmino Miguel*, Ministro da Defesa Nacional.

Decreto de 16 de Março de 1978

Usando da faculdade conferida pelo n.º 4 do artigo 233.º da Constituição da República;

Nos termos do n.º 1 do artigo 30.º do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril:

Nomeio Presidente do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira o Dr. Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Publique-se.

Presidência da República, 16 de Março de

1978. — O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES. — Pelo Primeiro-Ministro, *Mário Firmino Miguel*, Ministro da Defesa Nacional.

Decreto de 16 de Março de 1978

Usando da faculdade conferida pelo n.º 4 do artigo 233.º da Constituição da República;

Nos termos do n.º 2 do artigo 30.º do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril:

Nomeio, sob proposta do Presidente do Governo Regional, o Dr. José António Camacho Secretário Regional do Planeamento e Finanças do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Publique-se.

Presidência da República, 16 de Março de 1978. — O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES. — Pelo Primeiro-Ministro, *Mário Firmino Miguel*, Ministro da Defesa Nacional.

Decreto de 16 de Março de 1978

Usando da faculdade conferida pelo n.º 4 do artigo 233.º da Constituição da República;

Nos termos do n.º 2 do artigo 30.º do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril:

Nomeio, sob proposta do Presidente do Governo Regional, o Dr. João Crisóstomo Aguiar Secretário Regional de Economia do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Publique-se.

Presidência da República, 16 de Março de 1978. — O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES. — Pelo Primeiro-Ministro, *Mário Firmino Miguel*, Ministro da Defesa Nacional.

Decreto de 16 de Março de 1978

Usando da faculdade conferida pelo n.º 4 do artigo 233.º da Constituição da República;

Nos termos do n.º 2 do artigo 30.º do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril:

Nomeio, sob proposta do Presidente do Governo Regional, o engenheiro Jaime Ornelas Camacho Secretário Regional do Equipamento Social do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Publique-se.

Presidência da República, 16 de Março de 1978. — O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES. — Pelo Primeiro-Ministro, *Mário Firmino Miguel*, Ministro da Defesa Nacional.

Decreto de 16 de Março de 1978

Usando da faculdade conferida pelo n.º 4 do artigo 233.º da Constituição da República;

Nos termos do n.º 2 do artigo 30.º do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril:

Nomeio, sob proposta do Presidente do Governo Regional, o Dr. Jorge Gaudêncio Machado Figueira Secretário Regional de Agricultura e Pescas do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Publique-se.

Presidência da República, 16 de Março de 1978. — O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES. — Pelo Primeiro-Ministro, *Mário Firmino Miguel*, Ministro da Defesa Nacional.

Decreto de 16 de Março de 1978

Usando da faculdade conferida pelo n.º 4 do artigo 233.º da Constituição Portuguesa;

Nos termos do n.º 2 do artigo 30.º do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril:

Nomeio, sob proposta do Presidente do Governo Regional, o Dr. Jorge Nélio Praxedes Ferraz Mendonça Secretário Regional dos Assuntos So-

ciais e Saúde do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Publique-se.

Presidência da República, 16 de Março de 1978. — O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES. — Pelo Primeiro-Ministro, *Mário Firmino Miguel*, Ministro da Defesa Nacional.

Decreto de 16 de Março de 1978

Usando da faculdade conferida pelo n.º 4 do artigo 233.º da Constituição da República;

Nos termos do n.º 2 do artigo 30.º do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril:

Nomeio, sob proposta do Presidente do Governo Regional, Manuel Jorge Bazenga Marques Secretário Regional do Trabalho do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Publique-se.

Presidência da República, 16 de Março de 1978. — O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES. — Pelo Primeiro-Ministro, *Mário Firmino Miguel*, Ministro da Defesa Nacional.

Decreto de 16 de Março de 1978

Usando da faculdade conferida pelo n.º 4 do artigo 233.º da Constituição da República;

Nos termos do n.º 2 do artigo 30.º do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril:

Nomeio, sob proposta do Presidente do Governo Regional, o Dr. Carlos Lélis da Câmara Gonçalves, Secretário Regional da Educação e Cultura do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Publique-se.

Presidência da República, 16 de Março de 1978. — O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES. — Pelo Primeiro-Ministro, *Mário Firmino Miguel*, Ministro da Defesa Nacional.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**ASSEMBLEIA REGIONAL****Decreto Regional n.º 21/78/M**

de 20 de Abril

O Decreto-Lei n.º 75-T/77, de 28 de Fevereiro, consagrou alterações ao regime de horários dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços.

Como se pode colher com clareza do preâmbulo desse diploma, pretendia-se facultar uma maior eficiência e comodidade ao consumidor, permitindo um período mais dilatado para que se abastecesse. Por outro lado, atribui o legislador às autarquias a competência para que fossem elas próprias e face ao conhecimento das realidades dos interesses locais, a adequar o horário de funcionamento adentro das horas limite então fixadas, 8 horas e 22 horas.

Verifica-se, no entanto, que na Região Autónoma da Madeira, sobretudo nas zonas rurais, vivem e trabalham populações com *modus vivendi* e hábitos alimentares peculiares, em relação aos quais a primeira hora se revela inadequada.

É que o trabalhador abastece-se dos bens que necessita, quase sempre antes de iniciar a sua actividade laboral no amanho da terra ou no tratamento do gado, muito cedo.

Daí que seja imperioso ir de encontro às necessidades desse povo com características consuetudinárias específicas, introduzindo a alteração ao decreto-lei citado, aliás de acordo com os reparos e solicitações dos responsáveis pelas câmaras da região, no sentido de antecipação numa hora para o início do período de funcionamento.

Assim, a Assembleia Regional da Madeira decreta, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 229.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º As horas limite a que se reporta o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 75-T/77, de 28 de Fevereiro, passam a ser, na Região Autónoma da Madeira, 7 horas e 22 horas.

Art. 2.º Este decreto regional entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em 14 de Março de 1978.

O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.

Assinado em 30 de Março de 1978.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Decreto Regional n.º 22/78/M

de 20 de Abril

O Decreto-Lei n.º 273 B/75, de 3 de Junho, veio solucionar a questão da revisão dos preços das empreitadas e fornecimentos de obras públicas. O Decreto-Lei n.º 474/77, de 12 de Novembro, revestiu os mesmos intentos no que se refere a empreitadas e subempreitadas de obras particulares e fornecimentos.

Há que adaptar as referidas normas à autonomia constitucional das Regiões Autónomas.

Assim, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 229.º da Constituição, a Assembleia Regional da Madeira deternima, para valer como lei:

Artigo 1.º Na Região Autónoma da Madeira as competências atribuídas à Administração Pública pelos Decretos-Leis n.ºs 273-B/75, de 3 de Junho, e 474/77, de 12 de Novembro, pertencem ao Governo Regional.

Art.º 2.º O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em 7 de Março de 1978.

O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.

Assinado em 27 de Março de 1978.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Conforme o preceituado no art.º 8.º, alínea t), do Decreto Regional n.º 6/77/M, de 21 de Abril e em execução da Portaria n.º 49/77, de 29 de Novembro, da Presidência do Governo Regional da Madeira, transcrevemos o seguinte diploma:

MINISTÉRIO DO TRABALHO**Decreto-Lei n.º 23/78**

de 27 de Janeiro

A Constituição da República Portuguesa e o Estatuto Provisório, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 427-F/76, de 1 de Junho, consagram a autonomia da Região Autónoma da Madeira.

Com o presente diploma pretende-se transferir para a Secretaria Regional do Trabalho e seus órgãos a competência que faculte ao executivo regional, no sector do trabalho, os meios necessários para uma efectiva regionalização.

Assim, o Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º — 1 — São transferidas para a Secretaria Regional do Trabalho do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira as seguintes competências:

- a) Regulamentar, por via administrativa, nos termos da legislação nacional que vigorar, as condições de trabalho de sectores de actividade profissional ou económica circunscritos exclusivamente ao território da Região Autónoma;
- b) Participar, nos termos da legislação nacional que vigorar, na negociação das convenções colectivas de trabalho cujo âmbito não ultrapasse os limites do território da Região Autónoma;
- c) Exercer, quanto às relações colectivas de trabalho, cujo âmbito não ultrapasse os limites do território da Região Autónoma, todas as competências atribuídas ao Ministério do Trabalho pela legislação nacional que vigorar em matéria de celebração de convenções colectivas de trabalho;
- d) Proceder ao registo e depósito das convenções colectivas de trabalho, decisões arbitrais e acordos de adesão cujo âmbito não ultrapasse os limites do território da Região Autónoma, bem como os estatutos das associações sindicais e patronais de âmbito territorial da Região, sem prejuízo da sua publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*;
- e) Participar nas tentativas de resolução dos conflitos de trabalho cujo âmbito não ultrapasse os do interesse e território da Região Autónoma;
- f) Apreciar os respectivos pedidos e conceder as aprovações e autorizações relativas a prestação de trabalho e previstas na lei;
- g) De uma maneira geral, todas as atribuições que pertençam à delegação da Direcção de Serviços das Relações Colectivas de

Trabalho no âmbito territorial da Região, com ressalva do cominado no artigo 4.º e daquelas que devam ser atribuídas a outro serviços.

Art. 2.º — 1 — A vigência dos instrumentos de regulamentação de trabalho convencional ou não de âmbito territorial da Região depende da respectiva publicação no *Jornal Oficial* da Região Autónoma da Madeira, tendo em consideração o disposto no n.º 2.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, os instrumentos de regulamentação de trabalho devem ser publicados no *Boletim do Trabalho e Emprego*.

Art. 3.º — 1 — Na regulamentação colectiva de trabalho de âmbito não regional deverá ser cumprido o disposto no n.º 2 do artigo 231.º da Constituição.

2 — Os instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho referidos no número anterior serão obrigatoriamente publicados no *Jornal Oficial* da Região, sem prejuízo da sua entrada em vigor a partir da publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*.

Art. 4.º Mantém-se em tudo o legalmente estabelecido no que respeita às comissões de conciliação e julgamento e aos tribunais do trabalho.

Art. 5.º — 1 — Em função da transferência provisória de competências consagrada no artigo 1.º, é extinta a delegação da Direcção de Serviços das Relações Colectivas de Trabalho, da Secretaria de Estado do Trabalho, que funcionava na Região Autónoma da Madeira, na dependência do Governo da República.

2 — As atribuições e competências em matérias de inspecção do trabalho na Região Autónoma da Madeira continuam a caber à Inspecção-Geral do Trabalho, do Ministério do Trabalho.

3 — A Secretaria Regional do Trabalho terá, transitoriamente, competência para ordenar directamente aos serviços situados na Região Autónoma as acções de inspecção do trabalho inerentes ao exercício das suas competências ou por ela dirigidas.

Art. 6.º — 1 — O pessoal adstrito ao serviço extinto por força do disposto no artigo anterior transita para a Secretaria Regional do Trabalho, com dispensa de qualquer formalidade, nos termos gerais definidos quanto aos restantes servi-

ços extintos ou integrados na Região Autónoma.

2 — Não estão abrangidos pelo disposto no número anterior os delegados e subdelegados da Secretaria de Estado do Trabalho, os quais poderão passar a prestar serviço no Governo Regional, nos termos gerais da requisição, mediante as devidas formalidades.

3 — Não estão igualmente abrangidos pelo disposto no n.º 1 os funcionários da Inspeção-Geral do Trabalho, os quais manterão a situação actual.

4 — Enquanto não for definido o quadro de pessoal da Secretaria Regional do Trabalho, os funcionários e servidores integrados manterão a respectiva situação actual.

5 — O pessoal integrado nos termos dos números anteriores ficará sujeito ao disposto no artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril.

Art. 7.º Todos os bens e património em geral afectos aos serviços extintos por força do disposto no artigo 5.º transitam para o Governo Regional, com dispensa de qualquer formalidade.

Art. 8.º — 1 — Será assegurado pelo Ministério do Trabalho e pela Secretaria Regional do Trabalho o intercâmbio das informações técnicas sobre problemas de trabalho.

2 — Será assegurado pelo Ministério do Trabalho e pela Secretaria de Estado da Administração Pública, quando solicitado pela Secretaria Regional do Trabalho, de acordo com as capacidades daquelas entidades, todo o apoio técnico relativo à definição das carreiras profissionais.

Art.º 9.º O Ministro da República garantirá a articulação entre os serviços dependentes do Ministério do Trabalho e os serviços da Secretaria Regional do Trabalho.

Art.º 10.º A partir de 1 de Janeiro de 1978, as despesas com os serviços agora integrados serão orçamentadas e garantidas pelo orçamento regional.

Art. 11.º As dúvidas suscitadas na interpretação do presente diploma serão resolvidas por des-

pacho conjunto dos Ministros da República para a Madeira e do Trabalho.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.
— *Mário Soares* — *Lino Dias Miguel* — *Henrique Medina Carreira* — *António Manuel Maldonado Gonelha*.

Promulgado em 16 de Janeiro de 1978.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO E FINANÇAS

Portaria n.º 11/78

A fim de possibilitar o pagamento de despesas correntes adentro do Cap. 2.º do Orçamento Ordinário para 1978, — Capítulo inerente à Presidência do Governo Regional, há necessidade de se proceder à transferência da importância de 53 288 000\$00 (cinquenta e três milhões duzentos e oitenta e oito mil escudos), do Cap. 3.º, do mesmo Orçamento, inerente à Secretaria Regional do Planeamento e Finanças, pelo que, ao abrigo do art. 3.º do Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, manda o Governo Regional, através da Presidência e da Secretaria Regional do Planeamento e Finanças, o seguinte:

1.º Que se proceda à transferência da importância acima referida, do Cap. 3.º, para reforço de diversas verbas do Cap. 2.º, e inclusão de outras no mesmo Cap., de acordo com os mapas de receita e despesa anexos, que fazem parte integrante desta Portaria.

2.º Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Presidência do Governo Regional e Secretaria Regional do Planeamento e Finanças, 13 de Abril de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*. — O Secretário Regional do Planeamento e Finanças, *José António Camacho*.

Código		DESIGNAÇÃO DA RECEITA	CÓDIGO		DIVISÃO	CAPÍTULO	
44	09	VERBA TRANSFERIDA DO ORÇAMENTO ORDINÁRIO					
		CAPÍTULO III					
		SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E COMÉRCIO					
		1. Gabinete Regional					
		DESPESAS CORRENTES					
		Outras despesas correntes:					
		Diversas:					
		10) Outras despesas 53 288 000\$00	53 288 000\$00	53 288 000\$00	53 288 000\$00	53 288 000\$00	
		TOTAL.....					
Código		DESIGNAÇÃO DA DESPESA	CÓDIGO		DIVISÃO	CAPÍTULO	
01	04	CAPÍTULO II					
		PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL					
		1. Gabinete Regional					
		DESPESAS CORRENTES					
		Remunerações certas e permanentes:					
		Pessoal contratado não pertencente aos quadros 50 000\$00					
		Remunerações de pessoal diverso 168 000\$00					218 000\$00
		Aquisição de serviços — Transportes e comunicações 200 000\$00					
		Transferências — Sector público:					
		Subsídios às Câmaras Municipais 50 000 000\$00					
		Outras despesas correntes:					
		Despesas de anos findos 1 870 000\$00					
		Diversas 750 000\$00					2 620 000\$00
							DESPESAS DE CAPITAL
45		Investimentos — Terrenos 250 000\$00	53 288 000\$00	53 288 000\$00			
	TOTAL.....						

**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
E SECRETARIAS REGIONAIS DE ECONOMIA
E PLANEAMENTO E FINANÇAS**

Portaria n.º 12/78

O Decreto-Lei n.º 12/78/M, de 10 de Março, introduziu alterações à composição do Governo Regional da Madeira, contando-se entre essas alterações a criação da Secretaria Regional de Economia, que integra os seguintes sectores de actividades: Comércio interno e externo, abastecimento, turismo, indústria, recursos naturais, energia e transportes terrestres, marítimos e aéreos.

Dada a referida alteração, e considerando o facto de à data da publicação daquele decreto já se encontrar elaborado o Orçamento Ordinário do Governo Regional para 1978, torna-se necessário possibilitar o pagamento de despesas inerentes à nova Secretaria Regional, para o que há que criar, como adicional ao referido Orçamento, um novo capítulo, que terá o número nove e será dotado com as importâncias necessárias ao normal funcionamento dos serviços da mencionada Secretaria.

Em face do exposto, o Governo Regional determina, através das Secretarias Regionais de Economia e do Planeamento e Finanças, ao abrigo do disposto no art. 3.º do Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, o seguinte:

1.º Que se proceda à transferência da importância de Esc.: 21 924 819\$20 (vinte e um milhões novecentos e vinte e quatro mil oitocentos e dezanove escudos e vinte centavos), dos Caps. 3.º, 4.º e 6.º do Orçamento Ordinário, para inclusão de verbas, no mesmo montante, no referido Cap. n.º 9, de acordo com os mapas de receita e despesa anexos, que fazem parte integrante desta Portaria.

2.º Esta Portaria entra imeditamente em vigor.

Presidência do Governo Regional e Secretarias Regionais de Economia e Planeamento e Finanças, 13 de Abril de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*. — O Secretário Regional de Economia, *João Crisóstomo Aguiar*. — O Secretário Regional do Planeamento e Finanças, *José António Camacho*.

Código	DESIGNAÇÃO DA RECEITA	CÓDIGO		DIVISÃO	CAPÍTULO
	VERBAS TRANSFERIDAS DO ORÇAMENTO ORDINÁRIO				
	CAPÍTULO III				
	SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E COMÉRCIO				
	1. Gabinete Regional				
	DESPESAS CORRENTES				
44	Outras despesas correntes:				
09	Diversas:				
	10) Outras despesas 8 145 000\$00	8 145 000\$00	8 145 000\$00	8 145 000\$00	8 145 000\$00
	A transportar.....				8 145 000\$00

Código		DESIGNAÇÃO DA RECEITA	CÓDIGO		CAPÍTULO	CAPÍTULO
		Transporte.....				8 145 000\$00
		CAPÍTULO IV				
		SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPA- MENTO SOCIAL, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES				
		3. Direcção dos Serviços de Viação				
		DESPESAS CORRENTES				
01		Remunerações certas e permanentes:				
	02	Pessoal dos quadros aprovados				
		por lei 981 200\$00	981 200\$00			
	41	Salários do pessoal eventual ... 608 300\$00	608 300\$00			
	43	Gratificações certas e permanentes	9 900\$00			
	46	Subsídios de férias e de Natal	332 000\$00	1 931 400\$00		
04		Alimentação e alojamento		96 600\$00		
10		Prestações directas — Previdência Social:				
	01	Abono de família	22 080\$00			
	03	Outras prestações directas	10 000\$00	32 080\$00		
14		Deslocações — Compensação de encargos		27 750\$00		
21		Bens duradouros — Outros		2 000\$00		
23		Bens não duradouros — Combustíveis e lubri- ficantes		10 000\$00		
26		Bens não duradouros — Consumos de Secreta- ria		625\$30		
30		Aquisição de serviços — Transportes e comu- nicações		21 500\$00		
31		Aquisição de serviços — Não especificados ...		50 000\$00		
44		Outras despesas correntes:				
	06	Despesas de anos findos	6 563\$90			
	09	Diversas	11 000\$00	17 563\$90	2 189 519\$20	2 189 519\$20
		CAPÍTULO VI				
		SECRETARIA REGIONAL DE AGRICUL- TURA, INDÚSTRIA E PISCAS				
		5. Indústria				
		5. 1 Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais				
		DESPESAS CORRENTES				
01		Remunerações certas e permanentes:				
	41	Salários do pessoal eventual	69 200\$00			
	42	Remunerações de pessoal diverso	205 900\$00			
	46	Subsídios de férias e de Natal	30 000\$00	305 100\$00		
03		Horas extraordinárias		500\$00		
04		Alimentação e alojamento		3 500\$00		
10		Prestações directas — Previdência Social:				
	01	Abono de família	10 920\$00			
	03	Outras prestações directas	10 000\$00	20 920\$00		
11		Contribuições para instituições — Previdência Social		5 000\$00		
		A transportar.....		335 020\$00		10 334 519\$20

Código	DESIGNAÇÃO DA RECEITA	CÓDIGO		DIVISÃO	CAPITULOS
	Transporte.....		335 020\$00		10 334 519\$20
14	Deslocações — Compensação de encargos ...		10 000\$00		
15	Abonos diversos — Compensação de encargos		6 000\$00		
21	Bens duradouros — Outros		5 000\$00		
23	Bens não duradouros — Combustíveis e lubri- ficantes		10 000\$00		
26	Bens não duradouros — Consumos de Secre- taria		100 000\$00		
29	Aquisição de serviços — Locação de bens ...		150 000\$00		
30	Aquisição de serviços — Transportes e comu- nicações		105 000\$00		
31	Aquisição de serviços — Não especificados ...		15 000\$00		
44	Outras despesas correntes:				
06	Despesas de anos findos	1 000\$00	1 000\$00		
	DESPESAS DE CAPITAL				
52	Investimentos — Maquinaria e equipamento ...		50 000\$00		
54	Transferências — Sector público		437 500\$00		
55	Transferências — Empresas públicas		437 500\$00		
56	Transferências — Empresas privadas		437 500\$00		
57	Transferências — Instituições particulares ...		437 500\$00	2 537 020\$00	
	5. 2—Instituto do Bordado, Tapeçaria e Artesanato da Madeira				
	DESPESAS CORRENTES				
01	Remunerações certas e permanentes:				
41	Salário do pessoal eventual	430 200\$00			
42	Remunerações de pessoal diverso	214 500\$00			
46	Subsídios de férias e de Natal	70 000\$00	714 700\$00		
03	Horas extraordinárias		500\$00		
04	Alimentação e alojamento		14 000\$00		
10	Prestações directas — Previdência Social:				
01	Abono de família	18 080\$00			
03	Outras prestações directas	10 000\$00	28 080\$00		
11	Contribuições para Instituições — Previdência Social		5 000\$00		
14	Deslocações — Compensação de encargos ...		50 000\$00		
15	Abonos diversos — Compensação de encargos		6 000\$00		
21	Bens duradouros — Outros		5 000\$00		
23	Bens não duradouros — Combustíveis e lubri- ficantes		10 000\$00		
26	Bens não duradouros — Consumos de Secre- taria		100 000\$00		
29	Aquisição de serviços — Locação de bens ...		150 000\$00		
30	Aquisição de serviços — Transportes e comu- icações		105 000\$00		
31	Aquisição de serviços — Não especificados ...		15 000\$00		
	DESPESAS DE CAPITAL				
52	Investimentos — Maquinaria e equipamento ...		50 000\$00		
54	Transferências — Sector público		437 500\$00		
55	Transferências — Empresas públicas		437 500\$00		
56	Transferências — Empresas privadas		437 500\$00		
57	Transferências — Instituições particulares ...		437 500\$00		
	7. Investimento do Plano				
	18) Parque industrial 6 050 000\$00			3 003 280\$00 6 050 000\$00	11 590 300\$00
	TOTAL.....				21 924 819\$20

Código	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	CÓDIGO	DIVISÃO	CAPÍTULO
	CAPÍTULO IX			
	SECRETARIA REGIONAL DE ECONOMIA			
	1. Gabinete Regional			
	DESPESAS CORRENTES			
01	Remunerações Certas			
02	Pessoal dos quadros aprovados por lei	555 000\$00		
41	Salários do pessoal eventual	1 000 000\$00		
42	Remunerações de pessoal diverso	20 000\$00		
43	Gratificações certas e permanentes	10 000\$00		
46	Subsídios de férias e de Natal	320 000\$00	1 905 000\$00	
03	Horas extraordinárias		20 000\$00	
04	Alimentação e alojamento		100 000\$00	
10	Prestações directas			
01	Abono de família	10 000\$00		
03	Outras prestações directas	10 000\$00	20 000\$00	
11	Contribuições para instituições		10 000\$00	
14	Deslocações — Compensação de encargos ...		150 000\$00	
21	Bens duradouros — Outros		30 000\$00	
23	Bens não duradouros — Combustíveis e lubrifi- cantes		30 000\$00	
26	Bens não duradouros — Consumo de Secre- taria		250 000\$00	
27	Bens não duradouros — Outros		10 000\$00	
28	Aquisição de serviços — Encargos das insta- lações		10 000\$00	
29	Aquisição de serviços — Locação de bens ...		500 000\$00	
30	Aquisição de serviços — Transportes e comu- nicações		200 000\$00	
31	Aquisição de serviços — Não especificados ...		30 000\$00	
44	Outras despesas correntes:			
04	Seguro do material		2 000\$00	
	DESPESAS DE CAPITAL			
52	Maquinaria e equipamento	1 250 000\$00	4 535 000\$00	
	2. Direcção Regional de Comércio			
	DESPESAS CORRENTES			
01	Remunerações Certas			
41	Salários do pessoal eventual		800 000\$00	
46	Subsídios de férias e de Natal		200 000\$00	
04	Alimentação e alojamento		80 000\$00	
10	Prestações directas — Previdência Social			
01	Abono de família	10 000\$00		
03	Outras prestações directas	10 000\$00	20 000\$00	
11	Contribuições para instituições — Previdência Social		10 000\$00	
14	Deslocações		50 000\$00	
15	Abonos diversos		10 000\$00	
21	Bens duradouros — Outros		10 000\$00	
23	Bens não duradouros — Combustíveis e lubri- ficantes		20 000\$00	1 200 000\$00
	3. Direcção Regional da Indústria			
	DESPESAS CORRENTES			
01	Remunerações Certas			
41	Salários do pessoal eventual	600 000\$00		
46	Subsídios de férias e de Natal	140 000\$00	740 000\$00	
	A transportar.....		740 000\$00	5 735 000\$00

Código	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	CÓDIGO		DIVISÃO	CAPÍTULO
	Transporte.....		740 000\$00	5 735 000\$00	
04	Alimentação e alojamento		35 000\$00		
10	Prestações directas — Previdência Social				
01	Abono de família	10 000\$00			
03	Outras prestações directas	10 000\$00	20 000\$00		
11	Contribuições para instituições — Previdência Social		10 000\$00		
14	Deslocações		150 000\$00		
15	Abonos diversos		10 000\$00		
21	Bens duradouros — Outros		10 000\$00		
23	Bens não duradouros — Combustíveis e lubrificantes		20 000\$00	995 000\$00	
	3. 1 Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais				
	DESPESAS CORRENTES				
01	Remunerações certas e permanentes:				
41	Salários do pessoal eventual	69 200\$00			
42	Remunerações de pessoal diverso	205 900\$00			
46	Subsídios de férias e de Natal	30 000\$00	305 100\$00		
03	Horas extraordinárias		500\$00		
04	Alimentação e alojamento		3 500\$00		
10	Prestações directas — Previdência Social:				
01	Abono de família	10 920\$00			
03	Outras prestações directas	10 000\$00	20 920\$00		
11	Contribuições para instituições — Previdência Social		5 000\$00		
14	Deslocações — Compensação de encargos		10 000\$00		
15	Abonos diversos — Compensação de encargos		6 000\$00		
21	Bens duradouros — Outros		5 000\$00		
23	Bens não duradouros — Combustíveis e lubrificantes		10 000\$00		
26	Bens não duradouros — Consumos de Secretaria		100 000\$00		
29	Aquisição de serviços — Locação de bens		150 000\$00		
30	Aquisição de serviços — Transportes e comunicações		105 000\$00		
31	Aquisição de serviços — Não especificados		15 000\$00		
44	Outras despesas correntes:				
06	Despesas de anos findos	1 000\$00	1 000\$00		
	DESPESAS DE CAPITAL				
52	Investimentos — Maquinaria e equipamento		50 000\$00		
54	Transferências — Sector público		437 500\$00		
55	Transferências — Empresas públicas		437 500\$00		
56	Transferências — Empresas privadas		437 500\$00		
57	Transferências — Instituições particulares		437 500\$00	2 537 020\$00	
	3. 2 Instituto do Bordado, Tapeçaria e Artesanato da Madeira				
	DESPESAS CORRENTES				
01	Remunerações certas e permanentes:				
41	Salário do pessoal eventual	430 200\$00			
42	Remunerações de pessoal diverso	214 500\$00			
46	Subsídios de férias e de Natal	70 000\$00	714 700\$00		
03	Horas extraordinárias		500\$00		
04	Alimentação e alojamento		14 000\$00		
10	Prestações directas — Previdência Social:				
01	Abono de família	18 080\$00			
03	Outras prestações directas	10 000\$00	28 080\$00		
	A transportar.....		757 280\$00	9 267 020\$00	

Código	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	CÓDIGO		DIVISÃO	CAPÍTULO
	Transporte.....		757 280\$00	9 267 020\$00	
11	Contribuições para instituições — Previdência Social		5 000\$00		
14	Deslocações — Compensação de encargos ...		50 000\$00		
15	Abonos diversos — Compensação de encargos		6 000\$00		
21	Bens duradouros — Outros		5 000\$00		
23	Bens não duradouros — Combustíveis e lubrificantes		10 000\$00		
26	Bens não duradouros — Consumos de Secretaria		100 000\$00		
29	Aquisição de serviços — Locação de bens ...		150 000\$00		
30	Aquisição de serviços — Transportes e comunicações		105 000\$00		
31	Aquisição de serviços — Não especificados ...		15 000\$00		
	DESPESAS DE CAPITAL				
52	Investimentos — Maquinaria e equipamento ...		50 000\$00		
54	Transferências — Sector público		437 500\$00		
55	Transferências — Empresas públicas		437 500\$00		
56	Transferências — Empresas privadas		437 500\$00		
57	Transferências — Instituições particulares		437 500\$00	3 003 280\$00	
	4. Direcção Regional de Turismo				
01	Remunerações certas:				
41	Salário do pessoal eventual	300 000\$00			
42	Remunerações de pessoal diverso	20 000\$00			
46	Subsídios de férias e de Natal	60 000\$00	380 000\$00		
04	Alimentação e alojamento		20 000\$00		
10	Prestações directas — Previdência Social:				
01	Abono de família	10 000\$00			
03	Outras prestações directas	10 000\$00	20 000\$00		
11	Contribuições para instituições — Previdência Social		10 000\$00		
14	Deslocações — Compensação de encargos ...		150 000\$00		
	Abonos diversos — Compensação de encargos		10 000\$00		
21	Bens duradouros — Outros		10 000\$00		
23	Bens não duradouros — Combustíveis e lubrificantes		20 000\$00	620 000\$00	
	5. Direcção Regional de Transportes				
	1 — Transportes				
01	Remunerações certas:				
41	Salário do pessoal eventual	270 000\$00			
42	Remunerações do pessoal diverso	20 000\$00			
46	Subsídios de férias e de Natal	20 000\$00	310 000\$00		
04	Alimentação e alojamento		20 000\$00		
10	Prestações directas — Previdência Social:				
01	Abono de família	10 000\$00			
03	Outras prestações directas	10 000\$00	20 000\$00		
14	Deslocações — Compensação de encargos ...		150 000\$00		
15	Abonos diversos — Compensação de encargos		10 000\$00		
21	Bens duradouros — Outros		10 000\$00		
23	Bens não duradouros — Combustíveis e lubrificantes		20 000\$00	540 000\$00	
	A transportar.....			13 430 300\$00	

Código	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	CÓDIGO		DIVISÃO	CAPÍTULO
	Transporte.....			13 430 300\$00	
	5. 2 Direcção dos Serviços de Viação				
	DESPESAS CORRENTES				
01	Remunerações Certas:				
02	Pessoal dos quadros aprovados por lei	981 200\$00			
41	Salários do pessoal eventual	608 300\$00			
43	Gratificações certas e permanentes	9 900\$00			
46	Subsídios de férias e de Natal	332 000\$00	1 931 400\$00		
04	Alimentação e alojamento		96 600\$00		
10	Prestações directas — Previdência Social:				
01	Abono de família	22 080\$00			
03	Outras prestações directas	10 000\$00	32 080\$00		
14	Deslocações — Compensação de encargos		27 750\$00		
21	Bens duradouros — Outros		2 000\$00		
23	Bens não duradouros — Combustíveis e lubri- ficantes		10 000\$00		
26	Bens não duradouros — Consumos de Secre- taria		150 625\$30		
28	Aquisição de serviços — Encargos das instala- ções		5 000\$00		
30	Aquisição de serviços — Transportes e comu- nicações		21 500\$00		
31	Aquisição de serviços — Não especificados		50 000\$00		
44	Outras despesas correntes:				
06	Despesas de anos findos	6 563\$90			
09	Diversos	11 000\$00	17 563\$90		
	DESPESAS DE CAPITAL				
52	Investimentos — Maquinaria e equipamento		100 000\$00	2 444 519\$20	
	6. Investimento do Plano				
	1. Parque Industrial		6 050 000\$00	6 050 000\$00	21 924 819\$20
	TOTAL.....				21 924 819\$20

**SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA
E PISCAS**

Portaria n.º 13/78

Considerando que importa, acautelar, por forma conveniente, o aparecimento de doenças infecto-contagiosas de animais, na Região Autónoma da Madeira, nomeadamente a peste suína Africana;

Considerando que importa também, preservar a entrada de produtos porcinos na Região, pelo perigo que representam na disseminação daquela epizootia;

Considerando que também na Ilha do Porto Santo não tem sido conhecido qualquer foco de peste suína africana, mas que convém devidamente acautelar o perigo do seu aparecimento;

Considerando também o fabrico a que se acham sujeitos aqueles produtos;

Considerando, enfim, que se mostra oportuna a actualização das normas que regulamentam a entrada na Região de suínos e de diversos produtos preparados à base de carne de porco procedentes do Continente ou de outros países ou regiões onde grassa a peste suína africana, e do mesmo passo fazer expressa remissão para as sanções previstas no Decreto-Lei 39 209 de 14 de Maio de 1953, quando se verifiquem infracções às medidas higio-sanitárias enunciadas na presente Portaria, que revelam claro paralelismo com as previstas naquele Decreto-Lei;

O Governo Regional da Madeira, através da Secretaria da Agricultura e Pescas, e Secretaria da Economia, determina o seguinte:

Artigo 1.º — Quando acompanhados do competente certificado de origem e salubridade, passado pela Direcção-Geral dos Serviços Veterinários, é autorizada a entrada dos seguintes produtos:

- a) Pastas de carne, enlatadas e esterilizadas (LoncheonMeat, chouriço de fígado, merenda ou merendinha de carne, pasta de fígado, etc.);
- b) Refeições cozinhadas, enlatadas e esterilizadas (presunto

com ervilhas, sopas desidratadas, etc.);

- c) Salsichas tipo Franckfort enlatadas (salsichas cocktail, salsichão com alho, etc.);
- d) Fiambre enlatado (lata pequena, lata grande, fiambrito, carne afiambrada, etc.);
- e) Galantines (todas as galantines, tanto extremes como de mistura);
- f) Mortadela;
- g) Banha fundida enlatada.

Artigo 2.º — Em virtude de serem considerados como representando um perigo iminente, continua proibida a entrada de suínos vivos na Região Autónoma da Madeira (Ilhas da Madeira e Porto Santo).

§ único — Ficam reservados todos os casos especiais de suínos, devidamente autorizados pela Secretaria da Agricultura e Pescas, através dos Serviços Veterinários.

Artigo 3.º — Devido a que na sua preparação, não utilizam meios físicos ou químicos que eliminem totalmente a sua característica de contagiosidade, continua proibida a entrada dos seguintes produtos de origem Continental ou de outros países ou regiões onde grassa a Pesta Suína Africana:

- a) Enchidos (chouriço de carne, linguiça, farinheira, salpicão, paio de lombo, painhos, palaios, ensacado regional, presunto rolado e desossado,

língua fumada, costeletas de porco fumadas, etc.);

b) Produtos frescos (carnes de suínos e miudezas);

c) Produtos salgados (banha em rama, toucinho, entremeados, bacon, chispe, etc.).

Artigo 4.º — As contravenções ao disposto nos artigos anteriores, serão pu-

nidas, com as penas previstas no artigo 14.º e seus § 1.º e 2.º, do Decreto-Lei 39 209 de 14 de Maio de 1953.

Publique-se.

Secretaria Regional de Agricultura e Pescas, 14 de Abril de 1978. — O Secretário Regional de Agricultura e Pescas, *Jorge Gaudêncio Machado Figueira*.

Preço deste número: 24\$00

«Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»

A S S I N A T U R A S

As duas séries Ano 1 100\$	Semestre 650\$
A 1.ª série 650\$	> 350\$
A 2.ª série 650\$	> 350\$

Suplementos — preço por página, 1\$50

Preço avulso — por página, 1\$50

A estes valores acrescem os portes de correio

«O preço dos anúncios é de 10\$ a linha, acrescido do respectivo Imposto de Selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»